



EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E EUGENIA EM CONVERSÇÕES NARRATIVAS SOBRE TERRITORIALIDADE

Dr. José Carlos Santos  0009-0002-9479-8836
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Me. Mirtha Lucia Legal  0009-0003-0946-6392
Universidad Nacional del Este

RESUMO: O artigo retrata fatos e narrativas a despeito da identidade nacional do Brasil. Propõe perceber estratégias que unem saber e poder para construir uma governamentalidade (FOUCAULT, 1979) entre os anos iniciais até as cinco primeiras décadas do século XX. Com enfoque especial na territorialidade paranaense, descreve a eugenia como grande filosofia evolucionista adotada por pensadores no Brasil e no Paraná, como forma de conversação e, portanto, de instrumentalização política de enfrentar esta questão, dimensionando o biotipo humano do caboclo nacional e a miscigenação biológica e cultural com imigrante desejável e, no seu contraponto, o como a representação de indesejáveis excluiu sujeitos, hábitos e modos de ser não congruentes com um modelo nacional desejado. A partir de fontes normativas, bibliografias, discursos políticos e publicações em meios oficiais como a Revista O ensino e Atas da Assembléia Legislativa, aponta-se os discursos de eugenia se desdobrando em representações e projetos de assentamento de colonos e escolarização. Como resultado das reflexões, conclui-se que o desejo não não construiu seu objeto, mas disseminou visibilidades que interferiram no meio social do *hinterland* paranaense, como as Colônias, as sociedades científicas, as escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteiras; Conversação; Governamentalidade.

EDUCATION, IDENTITY AND EUGENICS IN NARRATIVE CONVERSIONS ABOUT TERRITORIALITY

ABSTRACT: The article portrays facts and narratives despite Brazil's national identity. It proposes to perceive strategies that unite knowledge and power to build a governmentality (FOUCAULT, 1979) between the early years and the first five decades of the twentieth century. With a special focus on Paraná's territoriality, it describes eugenics as a great evolutionary philosophy adopted by thinkers in Brazil and Paraná, as a form of conversation and, therefore, of political instrumentalization to face this issue, sizing the human biotype of the national caboclo and the biological miscegenation and cultural with a desirable immigrant and, in its counterpoint, how the representation of undesirables excluded subjects, habits and ways of being that are not congruent with a desired national model. Based on normative sources, bibliographies, political speeches and publications in official media such as Revista O Ensino and Minutes of the Legislative Assembly, we point out the eugenics discourses unfolding in representations and projects for the settlement of settlers and schooling. As a result of the reflections, it is concluded that desire did not build its object, but disseminated visibilities that interfered in the social environment of the Paraná hinterland, such as the Colonies, scientific societies, schools.

KEYWORDS: Frontiers; Conversation; Governmentality.



1 INTRODUÇÃO

Nacionalismo e Consciência Sanitária

– Dr. Belisário Penna

Duas cousas são indispensável ao pleno successo da campanha pelo saneamento do Brasil: a criação da consciência sanitária nacional e a educação hygienica do povo (ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1921, p. 31).

A epígrafe de Belisário Penna permite rememorar as narrativas sobre a nacionalização do território e da identidade nacional. Médico sanitarista, intelectual e político, foi uma dentre as grandes personalidades que construíram uma conversaçãoⁱ sobre o corpo nacional, biológico e indenitário. Combatente das endemias rurais, à época malária e ancilostomíase, agiu ao lado de Oswaldo Cruz, foi autor/fundador do primeiro Posto de Profilaxia Rural do País, em Vigário Geral, Rio de Janeiro.

Literato, escreveu e publicou muitos artigos no Correio da Manhã e outros periódicos, como os Archivos Paranaenses de Medicina. Nestes artigos, foi notável em criar uma analogia entre saneamento físico e saneamento moral do país. Em 1918, publicou o livro Saneamento do Brasil, reunindo estes artigos. O livro alcançou ampla repercussão, levando à fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil e a decisão do Presidente Venceslau Brás, de criar o Serviço de Profilaxia Rural, no mesmo ano. Belisário Penna foi nomeado para dirigir as duas instituições. A Liga Pró-Saneamento do Brasil alcançou seu objetivo final com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920, segundo Thielen e Santos (2002).

Patrono de uma extensa biografia acadêmica, seus estudos sobre eugenia repercutiram de forma peculiar no Brasil do século XIX e na América Latina. Defendia uma educação higiênica nos lares, escolas e cidades, valorizando



questões morais, erradicando maus hábitos e modelando o trabalho e a família, de forma a assegurar a saúde e produtividade da população (SILVA, 2013).

Esta analogia entre saúde e moral, também foi uma grande metáfora fundadora de discursos e ações (FOUCAULT, 1987;1996) por meio de diversas fontes, no Estado do Paraná. Desmembrado territorialmente da Província de São Paulo (1853), as metáforas, no entanto, não se contiveram nas fronteiras paulistas; como quem contém o corpo mas não as ideias, as metáforas se desdobraram em afazeres políticos na nova Província. A criação da Província do Paraná criou a demanda de conhecimento, descrição, estatística da população local, até então desconhecida.

A definição da nova Província, colocou a governabilidade (FOUCAULT, 1979) em questão; induziu à necessidade de preocupar-se com a população e a territorialidade (SANTOS, 2014). Enquanto Província Paulista, os assentamentos humanos se restringiram à exploração do litoral, deixando os campos gerais e os sertões do Oeste, as margens do Rio Iguaçu e a mesopotâmia entre os rios Ivaí, Tibagi, Piquiri e Paraná, com poucas formas organizadas de ocupação. Na década de 1920 essa parte do território era pouco conhecida, sabendo-se delas alguns poucos relatos, recolhidos por viajantes ou relatos bandeirantes, como registraram (BERBERI; NIPOTI, 1999).

Como indicado na epigrafe de Belisário Penna, o grande investimento congregado reunia algumas premissas globais que serviam para pensar as grandes sínteses nacionais. De um lado, a necessidade de institucionalização das ações estatais através de política pública de educação, imigração, organização do trabalho produtivo. De outro, mas não oposto ao primeiro; grandes matrizes do pensamento médico sanitaria que conseguiu fundir grandes correntes de pensamento que vinha da sociologia, da biologia e da chamada medicina social. Estas matrizes serviam de grandes ancoras para imaginar a síntese nacional que se encontrava numa perspectiva horizontal a depender de iniciativas políticas que viabilizassem a sua concreticidade (ANTUNES, 2001).



Ações mais eficazes com estas matrizes de pensamento ficaram mais visíveis, no caso paranaense, após a Proclamação da República. A ocupação regional, como destacou (WACHOWICZ, 1998), se concentrou, até as três décadas iniciais do século XX, em torno da capital e da região portuária. Dada, porém, o tipo da investida pensada, os ditos “revolucionários de 30” trouxeram algumas iniciativas fundamentais para a organização do espaço territorial, desenvolvendo ações e presença efetiva de órgãos da administração pública, seja nos limites fronteiriços, como Foz do Iguaçu, seja no chamado *Hinterland*, de modo especial, no caso do oeste, sudoeste e norte do Estado.

Essa presença mais efetiva se deve ao regime de Getúlio Vargas cujo discurso nacionalista criou uma política de integração do espaço territorial. As ações governistas criaram um clima propício para a efetivação de demarcações de propriedades da terra, bem como políticas mais eficazes de fixação do homem no campo. Dessas práticas nacionalistas resultou na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, e a contratação de geógrafos para pensarem a questão da ocupação do espaço nacional.

No campo das discussões teórico acadêmicas, deveu-se aos sociólogos grande parte das iniciativas de cunho teórico e de orientação política. Em cumprimento a esse propósito do IBGE, juntou-se a Faculdade Nacional de Filosofia, para ocupar-se com a questão da sociologia rural. Um convênio com a Universidade de Luisiana trouxe ao Brasil o geógrafo Leo Waibel, alemão naturalizado nos Estados Unidos, docente da WinsconsUniversity, e Thomas Lynn Smith, da escola de sociologia. A ciência sociológica desse tempo, de acordo com (BUTTEL, *et al.*, 1990), preocupou-se em desenvolver estudos sobre a vida rural para entender os elementos formadores da vida social comunitária de nucleamentos humanos, especialmente aqueles motivados por ações governamentais, ou seja, os projetos de colonização.

Belisário Penna foi o homem que vivenciou este cenário, fosse como personagem político, fosse como personagem acadêmico. Opôs-se publicamente



contra o governo de Artur Bernardes e a favor do Movimento Tenentista, em 1924; foi preso por seis meses. Participou da Revolução de 30; assumiu a chefia do Departamento Nacional de Saúde Pública e em dezembro de 1932, o ministério da Educação e Saúde.

Fez do Ministério da Saúde, uma espécie de laboratório de disseminação de sua filosofia e ações públicas de governo, com o intuito de criar unidade moral e eugênica para o Brasil. Este artigo reúne algumas fontes e narrativas que recuperam a conversação acadêmica e política a cerca deste tema no início do século XX.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E METODOLOGIA

2.1 Higiene: corpo e moral

A fontes a seguir exploradas, de cunho bibliográfico e documental, servem de dois propósitos. Primeiro que permitem uma visibilidade temporal e estabelecer o status ao tema da pesquisa para aquele tempo, neste caso, a eugenia. Permite, um segundo proposito que é o de poder identificar o como as narrativas se articularam com ações efetivas, demonstrado pelas “soluções” normativas e políticas dos governantes no que diz respeito a permissão de circulação de sujeitos no território e sua posse para atividades produtivas. Genealogicamente, atende-se a uma metodologia de pesquisa que, ao fazer a revisão bibliográfica também faz um inquérito sobre o tema.

A partir de 1930, os perigos se tornaram mais eminentes, pois poderiam representar descuidos com a soberania nacional (HERSCHMANN, 1994; HOCHMAN, 1988), descreveram o papel das comissões médicas de estudos das populações do interior do Brasil, de modo especial do Norte, Nordeste e a constatação da necessidade da organização da saúde pública para o atendimento



e o “saneamento do Brasil”. Essas Comissões, segundo os autores, acabaram por levantar focos do vazio demográfico e seus relatórios ao governo cintilaram como um despertar de atenção ao desgoverno de áreas do território.

Os trabalhos da comissão desdobraram-se numa série de práticas políticas efetivas, entre elas a Liga Pró-Saneamento do Brasil, cuja militância culminou, em 1920, na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Acentuam, contudo, os pesquisadores supracitados, que o maior ganho foi a formação de um quadro “comportamental” das populações do interior, bem como das moléstias mais incidentes no meio rural.

Nessa mesma linha de análise, Oliveira (1980, p. 52) afirma que “[...] o discurso ideológico dos anos 1930 apresenta um nível de organização específico, extraindo seu êxito da coerência simbólica, passível de transformar-se em um projeto político”. A ideia da coerência simbólica vem mesmo de um clima posterior à “revolução”, na qual já se constatava a eminência de uma “crise” caracterizada por dois males: “a falta de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros”. Essa falta de contato, outra coisa não era senão o desconhecimento da população e do território nacional. Oliveira Viana, (1930, p. 56), referindo-se aos “males”, afirmou, que “[...] eles são sanáveis se as elites puderem superar o estado de completo desconhecimento da terra e do povo e adquirirem a competência requerida”.

Na perspectiva de Viana, os elementos sociológicos da cultura nacional representavam alguns entraves para o grande projeto nacional. No entanto, a própria sociologia apresentava perspectivas para superação das dificuldades para evolução social. Sob estes auspícios foi pensada a territorialidade e a demografia no Brasil. Atividades essenciais, como as produzidas pelas Comissões de Saúde, Comissões de Imigração, Comissões de Educação; produziram, desde os anos 20, um quadro de informações sobre o território, a população, as doenças, os vícios das raças, a natalidade, dentre outros. Estes Relatórios demonstram a intensificação da governabilidade (FOUCAULT, 1979) que unia técnica e conhecimento.



O maior resultado destes inquéritos quase sempre, foi a crítica às ineficiências políticas e técnicas, ao abandono das instituições e ao não conhecimento das populações e do território que o governante tinha. Se produz discursos de um governa externo, ignorante e sem instrumentos capazes da governabilidade. É esta a contextualidade da narrativa de Belisário Penna, divulgado na revista paranaense de medicina, citado na Epígrafe. Na década de 30 até final dos anos 40, a partir de elementos novos, esse discurso se desdobrará em importantes cenários políticos, especialmente os relativos à educação, à saúde pública e políticas de imigração.

É somente neste cenário discursivo compreender a emissão do Decreto-Lei 406, especialmente o teor do artigo 1º. e 2º.:

Art. 1.º – Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
I – aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
II – indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
Art. 2.º – O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvindo o Conselho de Imigração e Colonização. (PARANÁ, 1947, s/p.).

Segundo indicações de Mollat (1989) havia narrativas importadas sobre a vagabundagem e sua duvidosa moral.

O mendigo era tolerado; o vagabundo, odiado. Guillaume du Breuil, em seu tratado sobre a prática do Parlamento, define a vagabundagem pela ausência de domicílio; outras fórmulas exprimem-na assim: *demeurant partout* 'que mora em toda parte' e *sans feu ni lieu* 'sem fogo nem lugar', 'sem domicílio'. A expressão *sans aveu* 'sem moralidade', mais explícita, traduz bem a marginalidade (p. 241-242).

As normas, os procedimentos, a filosofia dessa época tinha convicção formada a respeito deste tema, como demonstra este Decreto Lei, já de 1938, pleno governo republicano de Getúlio Vargas.

Este, no entanto, é um tema que tem antecedente mais remotos. Se retomarmos à neófito República, 1897, a Academia Nacional de Medicina indicava a necessidade de controle social de doentes, na ocasião, portadores de tuberculose



e sífilis, através de emissão de lei federal que impedisse o casamento entre infectados. Sugeriram a adoção do Exame Pré-nupcial como lei e de outras, coibindo a imigração de doentes, paralíticos, e sem profissões (RAS, 2019). Na nascente República, se auscultava as teses de Agassiz e Gobineau, a respeito da racialidade do Brasil.

Souza (2008), cita trecho de carta de Gobineau à irmã na qual relata que todas as famílias brasileiras possuem sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos. Na concepção destes dois autores (Agassiz e Gobineau) a degenerencia biológica e moral dos brasileiros era a intensa miscigenação.

Em termos legislativos, este espírito discursivo tomou forma em diversas normas. O decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921, por exemplo, regulou a entrada de estrangeiros no território nacional (BRASIL, 1921). Dois anos mais tarde, o seu teor foi repetido no Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, quando se aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (BRASIL, 1923). Em 1924, o olhar se volta para os Portos brasileiros, por donde grande parte da imigração estrangeira adentrava o país. O Decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924, proibia a entrada no território nacional de imigrantes, passageiros de 2ª e 3ª classe, nos casos e condições já previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.247, já mencionada, de 1921 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1925, s/p).

Na década de 1930, os discursos retomam e acentuam ainda mais estes discursos, dimensionando-os em diversas outras formas de ação política (FOUCAULT, 2008). Podemos ver esta investida legal no texto do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Ele reafirmou a limitação da entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispôs sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais (RIO DE JANEIRO, 1931, s/p). Esta iniciativa de gestão federal foi “revigorada” pelo Decreto nº 20.917, de 7 de janeiro de 1932. A ementa afirma: “revigora os artigos 1º e 2º do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e dá outras (BRASIL, 1932). A miscelânea entre normas e



filosofia, criou um imaginário de negação e configuração de corpos indesejáveis (CARNEIRO, 2003).

2. 2 Fusão do físico com o biológico

A proximidade entre filosofia e miscigenação foi facilitado em um período da história do pensamento em que falar de temas raciais não era sinônimo de discriminação racial. Contudo, esta historicidade nos demonstra os discursos são produzidos e ou imaginados no interior de matrizes de pensamento. Os chamados “objetivos nacionais” não foram produzidos somente da vontade do governante; havia uma fonte formadora da síntese nacional que foi muito além da vontade política: era filosófica. Ele veio da certeza científica produzida por intelectuais nacionais e estrangeiros e em cujos imaginários acadêmicos, primavam pela evolução biológica e material das sociedades.

Na construção desta proximidade imaginaria, os Institutos, Sociedades, Museus e ou Associações, tiveram papel fundamental. Elas serão de um período do pensamento em que os intelectuais de todas as áreas, capitaneados pelos biólogos, estão pensando a reprodução de sua classe. Status, poder e capital já se aglomeram no entorno de provisões até então exercida por curiosos da medicina, da biologia, sociologia, etc. Será destes ambientes, agora fechados, que a curiosidade, a experimentação e a técnica combinarão saberes moderadores da modernidade medicinal, da raça, da natalidade e da saúde públicaⁱⁱ.

Funções como estas, foram incumbidas ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Fundado em 1900, manteve um programa fundamental e básico, cujo objetivo, segundo seu Estatuto, era o “zelo” dessa história natural e sua descrição. A marca discursiva ficou materializada pelas regras estabelecidas para a admissão dos novos sócios. Eles deveriam incluir suas pesquisas em eixos centrais que direcionavam a concepção científica e política do Museu:



- a - Meio físico e vital. Observações e estudos sobre o território do Estado, extensão e limites; geografia, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral, flora e fauna;
- b - Meio econômico. Produção e consumo, exportação e importação. Agricultura e pecuária. Indústria extrativista. Melhoramento dos produtos. Seleção e defesas das sementes. Indústria fabril e manufatureira. Comércio e transporte. Viação;
- c - Meio físico e social. Pesquisa e estudos sobre a história política e social do Estado; sua evolução; história particular dos municípios; população. Socialização dos índios e caboclos;
- d - Meio cívico e moral. Estudo das fases históricas dos progressos morais e cívicos da sociedade paranaense. Comemorações das datas que assinalam os progressos do Brasil e do Paraná na política, nas ciências, nas artes e nas indústrias (ESTATUTO GERAL, MUSEU PARANAENSE, 1900, p. 23).

Tratava-se de estudar terra, água, solo e homem, numa investida evolucionista. Há uma fusão do propósito político-científico em descobrir a história do espaço territorial do Estado e sua gente pretendendo com isto, descrever a identidade e nacionalidade do território do Estado. Como se vê, nas “simples” palavras de Belisário Penna, se alberga a compreensão de homem, sua moral e seu destino.

A demografia paranaense foi planejada segundo os chamados objetivos nacionais. A região dos campos geraisⁱⁱⁱ foi formada por agricultores de nacionalidade brasileira e estrangeira. No final do século XVIII e início do século XIX, os municípios da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva eram habitados por pequenos colonos, já que os grandes fazendeiros moravam em São Paulo e só participavam da vida desses lugarejos em ocasiões solenes (MARTINS, 1969, p. 280). Somente na segunda metade do século XIX, com o crescimento de algumas fazendas e o aumento da economia pastoril e, mais tarde, com a expansão das invernadas, a região passou a ter uma maior atenção quanto à formação de infraestrutura (LINHARES, 1953, p. 73).

Com a elevação à categoria de Província em 1853, o governo local começou a instalar “[...] colonos procedentes da Europa central e oriental, localizando-se quase todos no planalto de Curitiba e nos campos gerais. Em maior escala,



italianos e eslavos” (LINHARES, 1953, p. 78). A partir de 1870, essa realidade foi alterada com a chegada, em grande escala, dos imigrantes ou seus descendentes de origem: “[...] alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, japonesa, sem excluir contingentes menores de ingleses e franceses” (LINHARES, 1953, p. 31). Nesse período existiam na região apenas “[...] duas escolas de primeiras letras para meninos e uma para meninas” (MARTINS, 1969, p. 282).

Na formação dos campos gerais, vários grupos de colonos mantinham escolas próprias em suas colônias, porém fechadas aos habitantes nativos da região. Esse fato parece ter sido o principal determinante no retardamento do processo de escolarização pública na região e de constituição de um sistema regional de ensino. O grande fluxo de imigrantes que chegaram aos campos gerais desde o século XIX foi se instalando em colônias etnicamente homogêneas, o que, praticamente, propiciou a manutenção da cultura do país de origem sem grandes mudanças. A instrução escolar dada aos filhos dos imigrantes não era diferente. Repetiam nas colônias as mesmas práticas educativas herdadas do país de origem e conduzidas por professores da própria etnia, especialmente contratados para dar continuidade à cultura natal.

Contudo, na medida em que a escolarização saiu do controle das comunidades interioranas e passaram a ter controle público, língua e costumes passaram por grandes conflitos pois, “os laços estrangeiros” precisavam ser eliminados em nome da integração nacional. Estes imigrantes passaram, obviamente, pelo crivo legislativo que previa o assentamento de sujeitos de boa formação moral e étnica. Nacionaliza-los passaria pelo crivo de proibir a prática de língua estrangeira e adoção da língua nacional.

A marca mais evidente desta instrumentação de poder sobre a seleção de desejáveis, pode de anotado na inclusão do artigo 121 da Constituição de 1934. A Ementa ficou conhecida como Lei de Cotas de estrangeiros. Aprovada em julho daquele ano, a norma determinava que restrições deveriam ser impostas à entrada



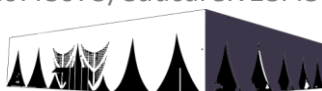
de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Tais intervenções determinavam que o limite anual, para cada nacionalidade, seria de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. A mesma Ementa, proibia também a concentração de imigrantes em qualquer parte do território brasileiro. Tal medida visava a não manutenção de costumes e línguas estrangeiras e, seu contrário passo a passo: adoção dos costumes nacionais. Na reforma constitucional de 1937, foi mantida, no artigo 151 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada a 10 de novembro de 1937, a Lei de Cotas.

As ações de Getúlio Vargas foram absorvidas por este tema. Herdara um Brasil sem ferramentas de gestão e sem dados sobre si. Não se poderia governar pessoas, sem dados e sem sistemas de controle. Pendulava entre atrair estrangeiros e a proteção de nacionais. Defendia que o Brasil era um país de imigração frente a necessidade de ocupar seu território e pela necessidade de braços “numerosos e adestrados” para o cultivo da terra. Por outro lado, procurava ressaltar que a orientação dada à política imigratória até então não poderia mais continuar, isto é, com a livre entrada de imigrantes.

3 DISCUSSÕES

3. 1 Sertões do oeste do estado

Nem sempre, entretanto, a qualidade do solo ofereceu condições de fixação do homem ao território. As matas densas do Oeste e a transposição da Serra do Mar foram frequentemente apontadas como “barreiras naturais ao avanço do homem”, como disse Martins. Tratava-se de uma natureza que separava, considerando que, entre o segundo e terceiro planalto, a mata densa dificultava meios de transportes e a sobrevivência das colônias militares em meio ao sertão.



Destinadas à defesa da fronteira, foram criadas as Colônias de Chopin e Chapecó, que também foram concebidas para “[...] garantir proteção aos habitantes de Palmas e de Guarapuava contra os ataques indígenas” (MARTINEZ, 1995, p. 54). Sua fundação é datada de 16 de novembro de 1859. Os protestos da Argentina foram inúmeros contra a criação das colônias, isso por se tratarem de terras que eram exploradas por indústrias de erva-mate daquele país, e que utilizavam os ervais naturais concentrados neste lado da fronteira. Assim, a instalação efetiva de Chapecó só foi realizada em 14 de março de 1882. Essa colônia passou a integrar o território do Estado de Santa Catarina num acordo firmado em 1916.

No extremo oeste, a iniciativa do estabelecimento de populações foi a fundação da Colônia de Foz do Iguaçu, em 1889, coordenada pelo engenheiro militar José Joaquim Firmino, tendo como justificativa “a defesa da soberania nacional na área de fronteira”. A colônia militar acabou sendo estadualizada em 1912 e, dois anos depois, foi criado o município de Foz do Iguaçu, pela Lei n. 1.783, de 5 de abril de 1918.

Diversas iniciativas serão dirimidas no sentido de combater o “vazio” dos sertões. Ao longo do século XX, normas e iniciativas administrativas demonstram um conjunto de esforços de nacionalização. Ora nominadas de Frentes Pioneiras; outra de Frentes de Expansão e ainda de Marcha para o Oeste, elas resultaram em fundação de Colônias Agrícolas, criação de Territórios Federais, normas e intervenções no território e nas fronteiras do Estado.

Segundo Relatório de Elfes (1973), até 1934, no Estado do Paraná haviam nove colônias formadas por imigrantes: Quero-Quero e Papagaios Novos, formadas em 1877 e 1878 pelos alemães do Volga; Santa Clara e Leopoldina, criadas em 1884, e Japó, em 1914, por poloneses; Carambeí, formada em 1911 por holandeses e Terra Nova-Garcez e Terra Nova Maracanã, constituídas em 1934 por alemães.

A grande circulação de estrangeiros foi tema também sobre as fronteiras. Brasil, Paraguai e Argentina herdaram disputas territoriais desde a época dos dois impérios. Grande parte do território do atual Estado do Paraná era território



espanhol, segundo o Tratado de Tordesilhas. Ao tempo da entrada dos espanhóis a procura do Peru, pelo rio da Prata, as fundações de cidades como Asunción e Posadas, além de diversas *Missiones*, criaram heranças culturais e linguísticas ainda hoje profundamente presente.

A disputa na fronteira teve como centro a navegabilidade nos rios Paraná e Paraguai. Esta foi, inclusive, a grande questão da Guerra do Paraguai.

O rio Paraná também foi utilizado como política de defesa regional. Considerado importante marcador natural, por seu grande volume de água, acreditava-se ser ele um fator respeitoso para uma área de fronteira, impossibilitando invasões. A passividade na fronteira foi ameaçada, no entanto, quando o governo assinou tratado que permitiram a navegação de argentinos e de paraguaios nos rios Paraná, Iguaçu e Paraguai, embora os acordos fixassem o talvegue desses dois rios como a linha limitrofe entre os países. Esse acordo se concretizou pela também necessidade do Brasil em navegar em águas paraguaias para se atingir a província de Mato Grosso, único caminho seguro para atingir a referida região.

A preocupação agravou-se devido à exploração da erva-mate pelos portenhos. O produto era transportado do Paraná para os países vizinhos. Argumenta-se que não havia meios de transporte que atravessassem o sertão de matas, rumo à capital ou aos portos litorâneos. A produção destinava-se à exportação, sem a cobrança de impostos. Segundo (WACHOWICZ, 1987, p. 141), esse teria sido o motivador da instalação da colônia militar no extremo Oeste, na linha de fronteira, mesmo local em que floresceria mais tarde a cidade de Foz do Iguaçu. Ela tinha, então, o propósito de garantir uma política que assegurasse a então denominada “fronteira guarani” e o fortalecimento da economia regional.

Fundamentados no acordo de reciprocidade na navegação, argentinos faziam a extração da erva-mate no território brasileiro. Para isso utilizavam os “mensus”, que eram equivalentes a peões – todos de origem paraguaia (guaranis modernos), que eram utilizados na extração da erva-mate que eram desembarcados às



margens do Rio Paraná. Nesse processo, em poucos anos, foram formados pequenos povoados, denominados de “portos”, que foram ocupando toda a margem paranaense até as “sete quedas”. Os principais portos foram: Família Mate, de Valdemar e Miguel Braviaco, importante empresa que construiu o ramal ferroviário Ponta Grossa-Guarapuava; Companhia Paranaense de Colonização Esperia Ltda., de propriedade italiana; Domingos Barthe; Lopeí da Nuñes y Gibaja; Fazenda Britânia, adquirida por ingleses da Companhia de Maderasdel Alto Paraná; Porto Artaza; e a Mate Laranjeira, multinacional sul-americana que foi a responsável pela fundação da cidade de Guaíra, em 1909.

3.2 Sertões do norte do estado

Também ao norte do Estado foi instalada uma colônia militar, para pensar e executar a defesa do território, além de dar proteção aos colonos em favor do desenvolvimento regional. A referida colônia, conhecida como Colônia Militar do Jataí, foi criada pelo Decreto n. 751, de 2 de janeiro de 1851, tendo sido instalada quatro anos depois, no dia 10 de agosto de 1855. Ela foi concebida para “garantir o trânsito entre a Comarca de Mato Grosso e apoiar os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Gerônimo”. A “proteção” garantia as atividades desenvolvidas por paulistas, que se ocupavam com a atividade do café, desenvolvida desde a década de “1860, penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no Norte paranaense”.

Recorrendo uma vez mais à história natural do Estado, geógrafos e historiadores remeteram às qualidades do solo e ao clima o desenvolvimento do norte do Estado. Segundo Leo Waibel, eram as manchas de terras roxas e o clima quente que favoreciam a adaptação do produto e do homem. Assim, “a excentricidade da terra roxa e seu excelente clima propício à cultura acabaram desenhando um cenário da intervenção e da organização da atividade econômica,



bem como o da colonização” (WAIBEL, 1949, p. 177). Terras foram concedidas a particulares, convergindo para a formação do que a historiografia denominou de “frente pioneira”, ou seja, a fundação de núcleos habitacionais como a Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867).

A etnia alemã saiu na frente. Em julho de 1931, os imigrantes fundaram a Escola Alemã do Heimtal, Londrina, num terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Segundo Macarini (2004, p. 92) “[...] a madeira para essa construção foi toda serrada à mão por Reinhold Fischer e Karl Schollemberg”. A escola servia também para cultos católicos e evangélicos luteranos, em horários diferentes e aos domingos.

Os alemães tomaram a dianteira, especialmente nos espaços rurais. No urbano, foi de imigração japonesa a primeira escola construída. A sede da Associação de Japoneses foi inaugurada dia 18 de junho de 1933 e a escola em 1º de julho: “Formada para ensinar os filhos de imigrantes, a escola mantida pela Associação de Japoneses tinha a função de unir a comunidade recém-chegada à região” (ALMEIDA, 1995, p. 115). Logo, outros pequenos grupos escolares foram surgindo no município, mas já se antevia a necessidade da construção de grandes colégios para a época.

As escolas de imigração não foram bem vistas pelo governo da Revolução. A ciência dizia que a unidade nacional passava pelo domínio da língua oficial; que o abandono de tradições “alienígenas” era necessário para a nacionalidade e o desejo de defesa e apego a terro do Brasil.

Tais teses foram defendidas na Assembleia Legislativa do Paraná na década de 1920. Carneiro Leão, em discurso na Assembleia, em 1924, revive todo o cenário de Belisário Penna, quando se refere ao caboclo paranaense:

Nas zonas sertanejas ou praieiras assoladas pelo impaludismo, opilação e ‘barbeiro’, a maior resistencia às moléstias não resulta do maior vigor *physico* do individuo, mas do nível de sua capacidade mental. O



analfabeto, embrutecido pela ignorância, incapaz de raciocinar, guiado por abusões, superstições e credices, só aceita intervenção médica na hora do desespero[...]. Portanto, um governo inteligente não pode cogitar de uma eficaz campanha pelo saneamento, a não ser precedida e acompanhada paralelamente pela campanha de elevação mental da população brasileira (PARANÁ, 1924, p. 37).

A instrução, na narrativa de alguns mandatários, seria uma necessidade para salvar o sujeito, inclusive biológica e moralmente. Essa discussão colocou o tema, com o reforço da Revista O Ensino, na ordem do dia das decisões administrativas demográficas e como “emergencial”. Em um artigo da Revista, intitulado Escola Sertaneja de Levy Saldanha (1924, p. 3), afirmou: “[...] o morador do ranchinho de sapé, segregado, como sempre, do mundo civilizado, continua a ser o ignorante d’antanho. O seu habitat é o mesmo dos tempos coloniaes e imperiaes. Domina-o a supertição de outras eras”. A eugenia, a melhora genética e a educação fariam muito pelo Paraná e pelo Brasil.

No editorial da Revista, também de 1924, se apelava para esta emergencial educacional:

Esse estado de cousas, além de prejudicar immensamente as crianças, provoca descontentamento nos povoados prejudicados e, ainda, semeia a desconfiança e até antipathia, contra o Governo da Revolução. Tal se dá porque o caboclo e o colono que jamais recebem qualquer beneficio dos governos pedem e se julgam com direito, ao menos, a um auxílio: escolas para os seus filhos. O governo do Paraná não pode nem deve desilludir, assim este pobre povo que da Revolução não pede senão: Escolas, Escolas! (O ENSINO, 1924).

A desejada síntese nacional de fato não ocorreu; mas ela cimentou não somente a pesquisa científico sociológica como também muitas ações políticas interventoras na ordem social do Brasil e, neste caso em foco, na territorialidade do Estado do Paraná e na distribuição de ambientes escolares. E, novamente ressaltamos, é somente neste imaginário da síntese que é possível compreender um outro decreto já no final do período varguista ainda direcionado para o tema da imigração ao Brasil:



O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessária, cessada a Guerra mundial impelir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda a dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país, decreta:

Art. 1.º – todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2.º – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na condição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional (BRASIL, 1945, s/p.).

A ementa da norma serve de justificativa e de advertência ao mesmo tempo: “impelir á política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva [...] proteger o trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso” (idem). Ou seja, ainda havia imigrantes que não eram fator de progresso. Por outro lado, ainda as teses do evolucionismo clássico, presentes na norma: “preservar e desenvolver, na condição étnica da população, as características mais convenientes são as de ascendência europeia [...] (BRASIL, 1945, s/p.)”.

Enfim, a partir do Estado Novo, o governo moveu campanhas destinadas a fiscalizar e “nacionalizar” os núcleos que possuíam escolas e imprensa em língua estrangeira. Com os acontecimentos internacionais que resultaram na Segunda Guerra Mundial, medidas repressivas se tornaram mais frequentes principalmente contra os estrangeiros de origem japonesa, alemã e italiana, além da elaboração de medidas de caráter sigiloso que visavam impedir a entrada de refugiados judeus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário da síntese nacional pode ser lida a partir de grandes autores e discutidas dentro de pequenos círculos da academia e ou correntes de pensamento. Contudo, elas só fazem sentido quando percorrem espaços outros que não o círculo hermético da produção e consumo do pensamento.



O final do século XIX a meados do XX, foram períodos em que a visibilidade da relação política com a científica estiveram muito próximas e entrelaçadas por um romance bastante duradouro. Houve um intercâmbio muito grande entre as sociedades científicas e as ações político administrativas do Estado brasileiro. A sociologia, a biologia, a geografia, a medicina, a engenharia, apareceram como especialidades de conhecimento de uma filosofia evolucionista/naturalista que tiveram grande ordem de importância para as tomadas de decisão na organização do espaço social, de modo especial no Estado do Paraná.

Educar não era, neste período, sinônimo de transmissão de conhecimento. Criou-se a necessidade de uma higiene da raça, dos costumes, da cultura. A escola foi, portanto, um grande instrumento de edificação da saúde do ser nacional quando lhe corrigia hábitos de má higiene, de hibridismos biológicos, de alcoolismos, da preguiça e até “falta de visão nacional”, como disse Oliveira Viana. Pensar a governabilidade a partir de um vácuo de saber e de instrumentos, fez do período getulista uma fantástica máquina de gestão. Filosofias, técnicas, normas e ciência fizeram parte da ferramentália de gestão da população e do território.

O Paraná foi o último desmembramento do território paulista e, centrado em sua capital localizada no planalto, próxima a Serra do Mar e do litoral, teve que confrontar-se com o desconhecimento do *interland* e das fronteiras do Extremo Oeste. Este deslocamento no período aqui focado, exigiu da imaginação política, formas discursivas que fomentassem a ação reordenadora desta territorialidade. Oeste, norte e sudoeste foram crivados pelas ações militares, de assentamentos indígenas e ou de imigrantes e da “expulsão” de estrangeiros e, ao mesmo tempo que desejáveis estrangeiros, conforme a norma eram muito bem vindos.

Institutos, Museus, escolas, foram chamados a pensar a eugenia local e criar perspectivas à integração, nacionalidade e identidade nacional, naquele período muito desejadas.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. C. de (COORD.). **Inventário e proteção do acervo cultural de Londrina: memória e cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõe.** Londrina, PR: UEL/MEC/SESU, 1995.
- AMARAL, V. F. do. **Sobre a Educação agrícola.** Discursos e Projectos: Camara dos deputados. Typographia d'A Republica, 1907.
- ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- BERBERI, E.; DENIPOTI, C. (org.). **Relatos de Viagem a Guairá e Foz do Iguaçu (1870/1920).** Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 1999 (Coleção Monumenta).
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 [Internet]. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 jul.
- BRASIL. **Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923.** Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública [Internet]. Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro, 1923.
- BRASIL. Decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924. Proíbe a entrada no território nacional de imigrantes (passageiros de 2ª e 3ª classe) nos casos e condições previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921 [Internet]. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro.
- BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais e dá outras providências [Internet]. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, p. 1603, 1 fev.
- BRASIL. Decreto nº 20.917, de 7 de janeiro de 1932. Revigora os artigos 1º e 2º do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e dá outras providências [Internet]. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, p. 673, 13 jan 1932 Geraldo E. Op. cit. p. 200.
- BRASIL. Decreto nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921. Regula a entrada de estrangeiros no território nacional [Internet]. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, p. 484, 8 jan 1921.



BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 967, de 18 de setembro de 1945**. Planalto Coleção Legislações do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7967.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARNEIRO M. L. T. A imagem do imigrante indesejável. **Proin**, São Paulo, n. 3, 2003. Disponível: <https://bit.ly/2E7SyOp>. Acesso em: 3 mar. 2022.

ELFES, A. **Campos Gerais: Estudo de Colonização**. Curitiba: INCRA, 1973.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

FLORES, F. **Inventando la empresa del siglo XXI**. Santiago: Hachette, 1989.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Ed. Graal, 1979.

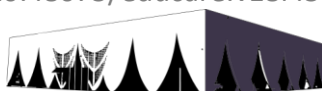
FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977- 1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GERALDO, E. A Lei de Cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, v. 15, n. 27, 2009.

HERSCHMANN, M. M. A Arte do Operatório. Medicina, Naturalismo e Positivismo. 1900/1937. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil moderno. medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 43-65.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

IBGE. Censo Demográfico. **Seleção dos principais dados do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Estatística, 1938.



MACARINI, W.; NIXDORF, K. **Londrina, Paraná, Brasil: raízes e dados históricos, 1930-2004.** Edições Humanidades, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação.** São Paulo: Ática, 2005.

MARTINS, R. **História do Paraná.** 3. ed. Curitiba, PR: Editora Guairá, 1969.

O ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. O ensino: publicação da Inspectoria Geral do Ensino do Paraná. Curitiba, 1924b. ano III, v. 2.

OLIVEIRA, L. L. (COORD.). **Elite Intelectual e Debate Político nos anos 1930.** Rio de Janeiro: FGV/FNL/MEC, 1980.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **O ensino primário na Província do Paraná, 1853 - 1889.** Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

PARANÁ, S. Instrução popular. **O Ensino**, n. 1, V III, p. 35-38, 1924.

PARANÁ. **Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em janeiro de 31/3/1924.** Curitiba, Tipografia da Penitenciária, 1924.

RELATÓRIO GERAL. **Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado.** Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

RELATÓRIOS OFICIAIS DO GOVERNO. **Período de 1910 – 1930.** Arquivo Público do Estado.

RIBAS, M. **Relatório ao Presidente Getúlio Vargas, referente ao período de 23 de janeiro de 1932 a 31/12/1939.** Curitiba, 1940.

SALDANHA, L. A Escola Sertaneja. **Revista O Ensino**, n. 1, p. 1-7, 1924.

SANTOS, L. A. de C. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 193-210, 1985.

SCHWARCZ, L. K. M. **A era dos museus no Brasil (1870-1930): polvo é povo: molusco também é gente.** São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1993.

SILVA, C. R. F. Intelectuais e o Integralismo: Belisário Penna e o sanitarismo no Brasil dos anos 30. *In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013, Londrina. Anais [...].* GEPAL, 2013.



SOUSA, R. A. S. de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço.** 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008. Disponível: <https://bit.ly/2VCDRt5>. Acesso em: 19 mar. 2023

THIELEN, E. V.; SANTOS, R. A. dos. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, n. 2, p. 387-404.

VIANNA, O. **Problemas da Política Objetiva.** São Paulo: Nacional, 1930.

VICENTIN, S. A.; HEROLD JUNIOR, C. **A Mulher e a Construção do Ensino Normal em Guarapuava (1930-1960).** Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

WACHOVICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOVICZ, R. **O camponês polonês no Brasil.** Curitiba, PR: FCC/Casa Romário Martins, 1998.

WAIBEL, L. **Ampliação de um trabalho apresentado em duas reuniões especiais promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia do Rio de Janeiro de 1945.** Trad. Orlando Valverde. Rio de Janeiro, 1945.

Recebido em: 27-03-2023

Aceito em: 03-04-2023

ⁱ - O objetivo do artigo não é discutir formas e possibilidades da conversação. No entanto, utilizamos o termo na forma proposta por Flores (1989): uma unidade mínima de interação social orientada para a execução com êxito de ações. Também de Marcuschi (2005): a conversação é uma interação verbal centrada, que se desenvolve durante o tempo em que, pelo menos, dois interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum. Deste modo, os atos de fala são subcomponentes da conversação. Ou seja, uma conversação envolve vários proferimentos linguísticos aceitos por dois ou mais interlocutores em uma interação voltada para uma atividade comum.

ⁱⁱ - Peter Burke cita que houve neste período alguns conflitos entre cientistas e universidades. O argumento segundo o qual a hostilidade das universidades à nova filosofia levou à criação das “sociedades científicas”. Segundo Ornstein (1913), “à exceção das escolas médicas, as universidades pouco contribuíram para o avanço da ciência” no século XVII. A afirmação foi reiterada com frequência. Diz ainda Burke que, no caso da Inglaterra, os historiadores associaram a fundação da Royal Society às críticas a Oxford e a Cambridge feitas em meados do século XVII por William Dell. John Webster e outros. Webster, por exemplo, que atuava como cirurgião e alquimista e também como clérigo, criticou as universidades em seu *Examination of Academies* (1654) como o reduto da filosofia escolástica ocupada com “especulações inúteis e estéreis”, e sugeriu que os estudantes dedicassem mais tempo ao estudo da natureza e “sujassem as mãos nos carvões e nas fornalhas”. Escolástica e experimentalismo travaram uma das mais importantes disputas filosóficas e técnicas em termos de exercício do conhecimento.

ⁱⁱⁱ - É assim denominada uma região localizada no centro-leste do estado do Paraná, no Brasil. Campos Gerais do Paraná ou Região dos Campos Gerais, é uma região que leva em consideração critérios históricos, culturais, econômicos e sociopolíticos, que une municípios, com uma dinâmica territorial ampla e aberta com geologia e flora comum.

